



Boletim Informativo do Laboratório de Ensino de História

EDITORIAL

Entre 16 e 18 de setembro de 1999, em Londrina, aconteceu o III Simpósio do Laboratório de Ensino de História, com o tema "Mídia e o Sentido da Identidade Histórica".

O Simpósio contou com a participação de cerca de 300 professores do ensino fundamental e médio de todo o Estado do Paraná, que com os membros do Laboratório de Ensino dedicaram-se a discutir o ensino de História.

Durante o evento ocorreram 10 cursos e duas mesas redondas com a participação de profissionais da UEL, UEM, UFPR, UNESP e USP. Estiveram presentes como convidados os professores Dr. Norberto Guarinello-USP, Dr^a Meriti de Souza - UNESP, Dr^a Marta Belini-UEL e Dr^a Serlei Ranzi-UFPR.

Na ocasião foram coordenadas pelo Prof. José Miguel Arias Neto, secretário Geral da ANPUH-PR, as

| NESTA EDIÇÃO | |
|--------------|--|
| 1 | Criatividade em História V |
| 2 | Uma dança diferente: a "dança macabra" e temas afins |
| 3 | Pirataria é Crime! |
| 4 | História, Política, Natureza e os PCNs |
| 5 | Alguém viu as Moedinhas Novas? |
| 6 | História & Ensino nº 05 - Lançamento |
| 7 | A Guerrado Paraguai em Quadrinhos - Resenha |
| 8 | Notícias - Seleção do Mestrado em História - UEM/UEL |

discussões para organização do Grupo de Trabalho - (GT) de Ensino de História da ANPUH, Paraná. Foi eleita a Prof^a Marlene Cainelli-UEL, para coordenar o GT até o próximo Encontro Regional da ANPUH, em Marechal Candido Rondon -PR, ano 2000.

Desejamos a todos um bom fim de ano e um próximo ano com boas novidades para a nossa profissão.

Prof.^a Marlene Cainelli
Coordenadora do Laboratório

ARTIGOS

Criatividade em História V

André Luiz Joanelho
Depto de História/UEL
alj@npd.uel.br

A qualidade do trabalho docente está diretamente ligada ao estímulo que o profissional recebe. Sabemos que da parte dos governos não podemos esperar muito. No entanto, devemos pensar, é possível superar a falta de estímulo para desenvolver o trabalho docente junto aos nossos alunos?

Acredito que nós mesmos podemos atuar nesse sentido. Em primeiro lugar, devemos tomar consciência da importância do nosso trabalho e que, antes de levar os alunos a algum lugar, estamos fornecendo os instrumentos intelectuais para compreender o mundo que vive e ser criativo para alterá-lo.

Em segundo lugar, devemos modificar os meios, isto é, pensar um pouco sobre os conteúdos que estamos trabalhando. Creio que, em parte, o desinteresse dos nossos alunos nas aulas se deve à escolha de como tratar os conteúdos em sala de aula.

Como já tratei anteriormente, a curiosidade não é muito querida nas escolas. E a curiosidade é o primeiro passo para a descoberta. Sem descobrir o aluno não se sente estimulado. Qualquer conteúdo, qualquer forma se não atenderem a curiosidade, se tornam desinteressantes.

Está sendo dada demasiada importância sobre o que devemos ensinar em História, mas acredito, que devemos pensar também em como a ensinamos.

As mudanças de conteúdos propostas nos últimos anos não apresentam uma melhora na participação do aluno no processo, a não ser que o professor consiga em sala de aula atingir a curiosidade dos seus alunos. Mas, na maioria dos casos, o que vemos é um grande desinteresse. Muitas vezes isso foi lido como um problema de conteúdo, o que é somente parte do problema. A

outra parte diz respeito ao modo como transmitimos o conhecimento histórico.

Ora, a maioria dos programas, dos livros, tratam de uma história vazia de pessoas, isto é, falamos de processos, estruturas, conjunturas, ideologias, classes, modo de produção, e esquecemos, quase que invariavelmente que tudo isso foi feito pelos seres humanos. E quando falamos de nossos antepassados, falamos de uma grande aventura: a aventura do ser humano no planeta (e agora fora dele).


Penso, por exemplo, como os homens da Idade Média nos foram estranhos. Inventavam coisas interessantíssimas, agiam de forma, aos nossos olhos, inusitada:

“os leprosos faziam soar os seus guizos e passavam em procissões, os mendigos exibiam pelas igrejas as suas deformidades e misérias. Cada ordem ou dignidade, cada grau ou profissão, distinguia-se pelo traje. Os grandes senhores nunca se deslocavam sem vistosa exibição de armas e escolta, excitando o temor e a inveja. Execuções e outros atos públicos de justiça, de falcoaria, casamentos ou enterros, eram anunciados por pregoeiros e procissões, cantigas e música. O amante usava as cores de sua dama; os companheiros, o emblemas da sua fraternidade; os

domésticos e servos, os emblemas ou brasões de seus senhores (...)” (Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média*, Lousã: Editora Ulisseia, s/d).

Podemos perceber os sons, o movimento, a piedade e a crueldade, enfim, atos humanos que, no entanto, estão longe de nós, como se fossem de outro mundo.

É claro que devemos perceber esses pequenos acontecimentos dentro dos processos históricos, porém, a maior parte do material que chega às mãos dos professores faz justamente o contrário, isto é, com um grande esforço pode-se perceber que na estruturas, processos existem seres humanos.

 **Professor (a)**
não se esqueça de
atualizar o
endereço

Uma dança diferente:
a “dança macabra” e
temas afins.

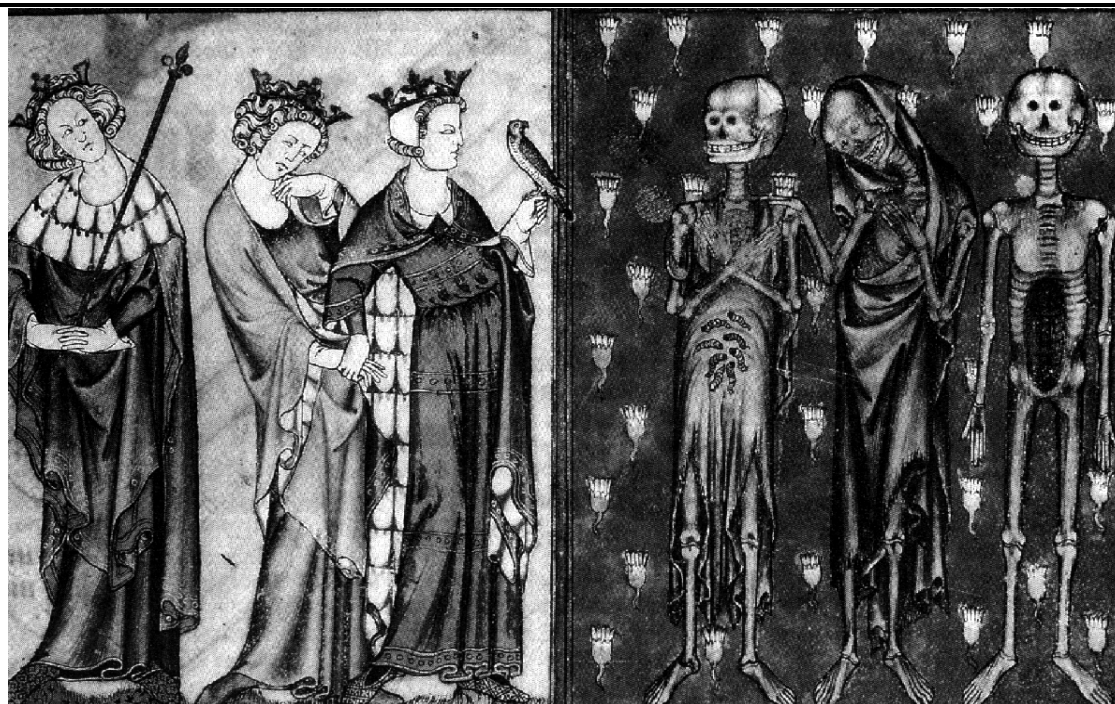
Angelita Marques Visalli
Depto de História/UDEL

O encerramento do período medieval é marcado pela trilogia da fome, peste e guerra. O século XIV assistiu a diminuição da produtividade agrícola e consequentes fomes;

as doenças, em especial a peste negra, levaram à morte boa parte da população medieval: estima-se que, dependendo da região, entre dois terços e um oitavo da população sucumbiu. A Guerra dos Cem Anos agravou o quadro, não tanto

macabro. Na escultura funerária, a apresentação de corpos decompostos. Na pintura, representações de mortos e da própria morte, figurada por um esqueleto, que vêm “buscar” os vivos; cenas do “juízo final” ressaltam o

Nela a própria morte é apresentada junto a suas vítimas e, nesse caso é interessante que se perceba, não há origem social que as proteja: ricos e pobres, nobres e camponeses, reis e vassalos estão expostos à morte e



Dança da Morte: representação dos três reis vivos e três reis mortos do início do século XIV. In: LOYON,

pela mortalidade dos combates, mas pela desorganização da economia e pelos constantes prejuízos à população causados pelos soldados mercenários que, nos períodos em que não aconteciam os conflitos, saqueavam a população civil.

Esse quadro forneceu elementos que alimentaram a produção literária e iconográfica medieval: são abundantes os textos e imagens que enfatizam o tema da morte no seu aspecto mais

terror do destino dos que não se salvam; em torno do leito de morte, julgamento individual, com anjos e demônios lutando pela alma do desesperado. Na literatura, a lamentação pela perda da beleza e juventude dos corpos, um sentimento de fragilidade diante do inevitável: a brevidade da vida material.

A vulnerabilidade do homem frente ao destino foi ainda explorada pela encenação e representação em pintura da chamada “dança macabra”.

“dançam” convidados por ela.

A morbidez do tema e imagens (literárias ou iconográficas) necessita ser colocada no seu devido contexto: não podemos associá-las a um comportamento “típico” de todo período.

Sem dúvida alguma esse quadro de terror foi alimentado pelas próprias condições da vida material, como dissemos acima. Mas é importante que não nos esqueçamos que o pensamento

cristão corrente no período medieval desde o século XII chamava atenção

Dança da Morte:
representação dos três reis vivos e três reis mortos do início do século XIV. In: LOYON,

para o caráter passageiro e perigoso da vida do corpo: textos foram escritos por religiosos para enfatizar a necessidade de penitência e vigilância contra o pecado e se faziam veículos de descrições pormenorizadas a respeito do destino dos corpos com a morte.

A pregação dos mendicantes a partir do século XIII, ao afirmar a necessidade da penitência, assustava seus ouvintes com descrições do juízo final, do inferno, sem abrir mão de palcos favoráveis a esses temas: alguns pregadores têm seus sermões realizados em cemitérios.

O terror que cerca a morte para o fim do período medieval ressalta bem a tendência à perda da percepção dessa como sendo parte da própria vida. Ou seja, podemos dizer que para a Alta Idade Média, em geral, a morte era percebida como algo inevitável, a que somente caberia resignação, não havendo nos documentos da época referências a cenas dramáticas pelo medo do futuro (além-túmulo). Quanto mais próximos do final medieval, mais cercada de

medo se torna a morte. E não podemos deixar de relacionar

isso à própria evolução do cristianismo: a religiosidade se “interiorizou”, em lugar de deixar os assuntos religiosos aos “especialistas (os clérigos), os laicos desde o século XII passaram a querer participar mais ativamente da vida religiosa, trazendo para si a responsabilidade pela salvação. Isto faz recair sobre os ombros das pessoas comuns a preocupação com o momento da morte, afinal, a partir dessa, o destino da alma estaria traçado.

Podemos afirmar, assim, que a difusão de imagens macabras está vinculada ao conteúdo cristão e que sua maior difusão foi possibilitada pela situação pela qual passou a população medieval: a trilogia a que fizemos referência do começo do nosso texto. O fato do homem do século XIV ter tão próximo de si a morte foi devidamente explorado pelos propagadores da fé cristã. Cenas e elementos associados à morte são referidos para chamar os homens ao arrependimento dos pecados e à prática da penitência.

Isso em grande parte explica a possibilidade de contemplação de cenas e situações que podem nos trazer grande estranhamento. O culto do “macabro” se estendeu no tempo e assim como encontramos imagens de Francisco de Assis trazendo numa das mãos um crânio, encontramos capelas franciscanas internamente cobertas com ossos humanos, a exemplo da que foi mostrada num programa popular de

televisão recentemente: numa igreja da cidade portuguesa de Évora as paredes foram forradas com tábias, crânios, fêmures que no século XVII convidavam os homens a pensar sobre os valores do mundo e a considerada verdadeira vida, a do além.

Bibliografia

- HUIZINGA, Joha. **O declínio da Idade Média**. Lisboa/Rio de Janeiro: Ulisseia, s/d.
DELUMEAU, Jean. **Le péché et la peur – la culpabilisation en Occident (XIII-XVIII siècles)**. Paris: Fayard, 1983.

ARTIGOS

PIRATARIA É CRIME!

Jozimar Paes de Almeida
Depto. História/ UEL
jozimar@sercomtel.com.br

Estamos assistindo atualmente pela mídia imagens e depoimentos sobre a pirataria, que significa o ato de roubar. Nas mensagens evidencia-se a vigilância atenta das instituições de segurança, com a sempre presente participação das empresas e dos prejudicados pelo roubo.

Imagens de tratores sendo dirigidos por representantes da lei destruindo embaixo de seus rolos compressores, pilhas de fitas K7, de vídeo, de Compact Disc, etc. As grandes corporações chegam a contratar equipes especializadas de investigação para auxiliar no trabalho de

busca e apreensão dos objetos pirateados e dos seus autores e difusores.

A pirataria pode ser realizada com o roubo puro e simples das mercadorias, ou com a realização de uma cópia das mesmas. Artigos falsificados tornam-se um perigo em nossa sociedade, pois não passam por nenhum controle de qualidade dos mesmos, lembrem-se do exemplo dos remédios falsificados que chegaram a ocasionar mortes. Se tivermos um controle dos produtores e responsáveis pela fiscalização das mercadorias, poderemos acioná-los nos tribunais, quando formos atingidos por um produto defeituoso.

Recordemo-nos também da utilização em larga escala das cópias reprográficas, vulgo xerox, pelas quais autores e editoras estão sendo profundamente prejudicados com esta prática que se institucionalizou.

O que nos chama a atenção no tema é a sua complexidade e não apenas a elaboração de uma reflexão dicotômica do Bem contra o Mal, vejamos por exemplo, a partir de uma outra ótica, àquela que diz respeito ao estabelecimento da pirataria que o nosso país tanto sofreu e vem sofrendo. Desde os tempos coloniais, “civilizados” ingleses e franceses (Dean, 1996: p. 112), pirateavam dos portugueses e espanhóis, que por sua vez roubavam de nosso solo seus produtos, árvores, animais e até seres

humanos eram amontoados em suas caravelas.

Será que o ditado: “*ladrão que rouba ladrão, tem cem anos de perdão*” vem desta época?

No caso dos ingleses a famosa rainha Elisabeth deu apoio explícito à pirataria e à pilhagem, aproveitando para criar companhias de comércio e navegação contribuindo para a monumental expansão marítima do poder comercial inglês. A contribuição inicial da pirataria fundou o império britânico, como nos expressa o famoso britânico, John Maynard Keynes “...os proventos da pilhagem trazida por Drake no Golden Hind (estimados em L 600.000) permitiram a Elisabeth liquidar toda sua dívida externa e, além disso, investir cerca de L 42.000 na Companhia do Levante. Foi basicamente dos lucros da Companhia do Levante o capital inicial da Companhia das Índias Orientais, “*cujos lucros, durante os séculos XVII e XVIII, foram a base principal das ligações exteriores da Inglaterra*” (Arrighi, 1996, pp.191.)

Será que nós, teríamos agora o direito, de como habitantes de um país secularmente assaltado e vilipendiado, exigirmos o fim da cobrança de nossa dívida externa, pois o que nos emprestam foi de nós pirateado? Ou teríamos que, como a rainha Elisabeth apoiar a pirataria para pagarmos os ladrões que nos roubam?

Evidentemente que os tempos são outros, diriam os

nossos cobradores, e honrar dívidas é fundamental para que eles possam continuar a nos emprestar com o dinheiro que pagamos a “nossa dívida”. Assim, continuamente nos enviam fiscais do FMI os quais são noticiados no horário nobre dos telejornais como visitantes ilustres, mas não como cobradores que invadem nossa casa nos impondo um receituário que temos que cumprir, para se assegurarem que o país está fazendo a lição de casa, independente de nos tornarmos o país campeão da injustiça social.

Por acaso, quando você recebe a inoportuna visita de um cobrador em sua casa, você fica falando para todos sobre a mesma? Afinal, você no recôndito de seu lar, paga a dívida da camisa de seda que compraram em teu nome e você nunca viu, ou coloca comida na mesa para tua família?

Bem, não pretendemos simplificar o problema, mas contribuir para algumas possibilidades de análise, senão vejamos, estamos enfrentando atualmente a pirataria de grandes corporações químico-farmacêuticas, fabricantes destes produtos que se utilizam dos componentes de seres vivos que habitam em nosso país e são raros em outros, agindo desta forma para elaborar produtos de engenharia genética.

Vejam, por exemplo, o caso da biotecnologia sendo acionada em benefício do comércio das grandes corporações: produziu-se uma

tecnologia genética denominada de “Terminator”, a mesma permite modificar geneticamente as plantas, de modo que, chegadas à maturidade, destruam seu próprio germe. Introduziu-se na planta um sistema genético vindo de outras espécies e este funciona como elemento autodestruidor, para que não haja descendentes. Obriga-se o agricultor a comprar novamente a semente.

“Civilizados” e inteligentes não?! Ora, neoliberal é fazer compras. Go to Shopping!

Quanto aos bancos de germoplasma, que conservam a substância que os autodenomina, estes possuem um vasto e interessante acervo de elementos pirateados de vários países.

Estes bancos são propriedade de poucas corporações multibilionárias e transnacionais existentes nos países do chamado primeiro mundo e com o domínio e a manipulação dos sistemas de informação, seja através do DNA, ou dos softwares, constituem-se nas organizações mais poderosas da terra.

Não é por acaso que Bill Gates, dono de uma empresa de informática, tornou-se o homem mais rico do mundo.

Boa parte do material existente nestes bancos são originários de nossa região uma das mais ricas em biodiversidade da face da terra. Isto significa que possuímos uma ampla variedade de espécies, e os mesmos em nosso mundo neoliberal, em

que tudo virou mercadoria têm um valor elevadíssimo.

Evidentemente que o comércio e os lucros do mesmo estão sendo pirateados por estas corporações, quer dizer, as empresas que definem os acordos internacionais de comércio impõem uma legislação objetivando facilitar e legalizar as suas práticas. Então esta pirataria deixa de ser crime! Ou será que não?

Referências Bibliográficas

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira*, Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

Professor (a)

Escreva para o Boletim,
envie seu artigo para
publicar, relate sua
experiência
e-mail: labhis@uel.br

ARTIGOS

HISTÓRIA, POLÍTICA, NATUREZA E OS PCNS

Gilmar Arruda

Depto. História/UEL
garruda@uel.br

O relacionamento entre a política e os PCNS, admitem pelo menos duas formas de exame. A primeira seria a forma como eles apareceram, a maneira autoritária como foram impostos e se colocando como inovadores, sendo

muitas das discussões, principalmente o problema da democracia escolar já vinha sendo discutido e praticado muito tempo anterior. Esta é forma típica do autoritarismo, usurpar os movimentos e propostas da sociedade civil e datá-lo de si próprio.

A outra forma seria, restringindo a análise ao campo da história, trata-se da relação inicial, matricial mesmo, entre a história e a política, estabelecida no momento em que os gregos resolveram imitar os deuses e criaram a política como um espaço onde pudessem realizar seus “grandes feitos e belas palavras”, que seriam preservadas através da capacidade de narrar da memória. A política e a história teriam surgido como irmãs gêmeas e inseparáveis.

Portanto, é impossível falar de história sem falar de política, isto é, não no sentido restrito, partidário ou do governo, mas no sentido amplo, de atividade humana por excelência,

Voltando aos PCNs, eles também evocam a política, uma vez que indicam a educação como meio para a construção da cidadania. Nos PCNs, a sociedade no limiar do novo século exige que a educação se volte para a formação de cidadãos. Mas, ao mesmo tempo, esta sociedade seria marcada por “progressos científicos e tecnológicos” que estariam definindo “novas exigências para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho.” Tudo isto, impõe a

necessidade de opoerar uma “revisão de currículos que orientam o trabalho cotidianamente realizado..”

Neste sentido, encontraremos no eixo fundamental que norteia a formulação dos PCNs uma contradição que incide nos campos onde deveria atuar o educador: o da formação do cidadão e o da capacitação do trabalhador, estes dois campos, no limite são excludentes.

Esclarecemos: se pensarmos o conceito de cidadania/cidadãos como os que têm direitos a ter direitos, como definem os PCNs, podemos dizer que já encontramos uma visão de política. O sentido de política aqui estaria ligado aos negócios públicos, ao exercício democrático do poder e ação do cidadão nesta mesma esfera pública. Muito Bem, concordamos com esta perspectiva.

Assim sendo, os valores, atitudes e conhecimentos, como querem os PCNs, a serem ensinados, ou compartilhados na comunidade escolar, através da educação, seriam aqueles que pudessem contribuir para a construção, consolidação e permanência da vida democrática entre nós. Seriam valores humanistas, universais, que pudessem dar um sentido de permanência do mundo e de transmissão as futuras gerações do legado que nos foi deixado pelas gerações anteriores a nós, e do qual somos os responsáveis pela sobrevivência.

Seria, portanto, um conjunto de conhecimentos que não estivessem sujeitos a lógica ou as exigências de nenhum outro campo que não o dos interesses públicos, dos interesses dos cidadãos reunidos, ou seja da esfera pública; em uma palavra: da política.

Neste ponto aparece a contradição mencionada, pois os PCNs também afirmam que a educação dever ser reformulada devido as constantes pressões do mundo em que vivemos, chamado de sociedade tecnológica, para preparar os jovens para o mundo do trabalho em constante alteração.

Avanço tecnológico significa a lógica do mercado, da esfera privada, privada no sentido de empresa privada, e que portanto estaria impondo ao processo educacional exigências que não seriam dignas, ou pelo menos aceitáveis, do ponto de vista da formação de cidadãos livres e autônomos. Os valores a serem ensinados estariam “contaminados” pela lógica do mercado.

A lógica do mercado é o lucro, que quase sempre, contradiz, impede o desenvolvimento e o exercício pleno da cidadania, pelo menos aqui entre nós, na terrinha.

Nos tempos atuais, na esfera pública, o campo da política onde os homens, enquanto cidadãos e não como consumidores, podem discutir e deliberar sobre os seus interesses comuns, quase não existe possibilidade de discutir

e decidir sobre a conveniência ou não de aplicarmos, aceitarmos, “comprarmos” as tecnologias e “produtos” que caracterizaram o mundo atual. Estes conhecimentos são segredos industriais, patentes, propriedades de empresas privadas, que procuram escapar aos limites impostos pela esfera pública.

Embora as tecnologias sejam de controle privado, as consequências decorrentes de seu uso e consumo quase sempre atingem a todos de forma ampla, ou seja, enquanto cidadão, membros de uma comunidade. Por exemplo, os problemas ambientais de sua aplicação - no sentido amplo, incluindo aí a saúde mental dos humanos - atinge todos os humanos. Mas mesmo sem possibilidade de avaliar a extensão do problema, as tecnologias e produtos oriundos da esfera privada são sistematicamente impostas pelo “mundo publicitário”, simplesmente a “lógica do mercado impõe como necessária.”

Neste ponto chego ao elo que une esta discussão com o problema da natureza e os temas transversais. A escolha dos temas transversais deu-se, segundo os PCNs, por serem “questões sociais emergenciais” na sociedade brasileira, aparecendo como “obstáculos” na afirmação da cidadania.

O problema do meio ambiente seria um deles.

Propõe-se, então, que o desenvolvimento destes temas na comunidade escolar deverá

levar o aluno a formular atitudes, desenvolver comportamentos e absorver conhecimentos que permitam construir uma relação de respeito ao meio ambiente, isto é, a natureza. Seria portanto, a construção de um cidadão responsável diante da idéia de que a natureza é um problema da esfera pública, que interessa a todos; um problema da política, como a entendemos aqui.

Ora, mas ao mesmo tempo a educação deveria também, atender aos ditames de um mundo tecnológico, treinando os jovens para suas exigências de operação. Mas é exatamente o modelo de operação deste mundo tecnológico, baseado na exploração acelerada dos recursos naturais que criou o problema, ou a chamada “crise ambiental” ou “crise civilizacional”, como os próprios PCNs afirma ser. Acertam no diagnóstico, erram no tratamento.

Eis a contradição: é impossível trabalhar os temas transversais, considerando a natureza como uma questão pública, sujeita a discussão e deliberação democrática e ao mesmo tempo atender a “lógica do mercado”, uma ação elimina a outra.

A contradição está na origem, no fato de haver uma confusão entre educação e treinamento. Treinar não pode ser função nem objetivo da educação.

ARTIGOS

ALGUÉM VIU AS MOEDINHAS NOVAS?

Luis Fernando Cerri
Univ. Est. de P.Grossa
lfcerry@uol.com.br

Uma identidade nacional se constrói a partir de diversos fatores. Símbolos, hinos, emoções. Estereótipos. Educação de massa, generalização da língua no padrão culto e de uma determinada História nacional (geralmente a admitida pelas classes dominantes). E a moeda de cada país. O alemão se identifica ao marco, o francês preza o seu franco, o italiano paga as contas com as suas liras, apesar de estarem com os dois pés no euro, que é a outra face de uma nova consciência, a da identidade européia.

E o Brasil? A nossa moeda espelha muito a identidade nacional: um campo de batalha, e um espaço do arbítrio de governos e elites. Até pouco tempo, mudou como mudavam as valorações e os ânimos sobre a condição de brasileiro. O retorno à democracia e um certo otimismo inicial da Nova República foram acompanhados da instituição do Cruzado. Para tentar recuperar esse otimismo depois dos fracassos, veio o Cruzado Novo. Para dizer que não tinha nada a ver com isso, Collor ressuscitou o Cruzeiro, depois Cruzeiro Novo, e assim

por diante. Tantas tentativas de mexer com a economia e o imaginário popular resultaram numa idéia indesejada para os donos do poder: ficou patente, sem palavras, para toda a população, mesmo a mais humilde (que também usa a moeda) que não havia projeto nacional, que as soluções eram todas de curto prazo para manter no mesmo lugar de sempre o poder político e econômico. A inconstância, o efêmero, o embuste eleitoral, passaram a ser as marcas identitárias transmitidas pela moeda. Depois de uma saga inflacionária e de descrédito interno e externo na capacidade do Brasil e dos brasileiros em pôr a casa em ordem, aparece o Real, introduzido (não nos esqueçamos) por Itamar Franco.

Todo economista sabe o impacto da moeda sobre a mentalidade das pessoas no que se refere à economia. Retirar toda a moeda de circulação para introduzir o Real e abater a mentalidade inflacionária foi um golpe muito bem pensado nesse sentido. A nova moeda, chapada, sem graça, tirava a História do dinheiro, como bem observou Renato Janine Ribeiro: em vez de Cabral, D. Pedro e o Barão do Rio Branco, beija-flor, onça e arara.

É como se a nação não calcasse mais sua identidade (a força de sua união) na História, mas sim na natureza. Porque, vá lá, a História recente, recheada de

escorregões, conflitos e trapalhadas, não era muito recomendável para fiar identidade nenhuma. E o recurso à natureza como fonte de verdade, união e harmonia, é uma imagem ímpar na capacidade de legitimar qualquer coisa. Não é à toa que os homossexuais torcem para que chegue logo o dia em que seja confirmada a existência do “gene gay”, para que o comportamento homoerótico possa ser socialmente legitimado como natural. E também não é à toa que a homofobia baseia-se na mesma categoria de argumento: homossexualismo é um comportamento contra a natureza, por isso condenável. E poucos lembram que não há nada mais antinatural que a solidariedade ou a organização, que permitem a sobrevivência aos fracos, coisa que não é lá muito comum na natureza.

No quarto aniversário do Real, véspera da reeleição presidencial, anunciaram-se as “novas moedas” da moeda que permanece. Para além do óbvio golpe publicitário de campanha eleitoral, voltava a História nacional como elemento de identidade, como se agora, após quatro anos quase sem inflação, a História tivesse sido purgada de sua feição conflitiva e anárquica, e pudesse voltar a circular nas nossas mãos distraídas. Mais que isso, as moedas eram uma mensagem ao povo, lembrando que o Real, façanha inédita, tinha durado todo um mandato, e os preços quase

não tinham se alterado. Mais uma obra de marketing, porque as moedas, mesmo, só começaram a aparecer depois da reeleição no primeiro turno, e até hoje são ainda raras (eu mesmo, quando recebo uma, guardo como se fosse moeda de outro país, e fico admirando sua beleza, principalmente a de um real).

Mas a história que volta às moedas não é uma nova história. Pelo contrário, é uma história da elite e do Estado: na moeda de um centavo, o pretensio iniciador, para a história oficial, da nação: Cabral. Na moeda de cinco centavos, o herói republicano Tiradentes, o triângulo da bandeira inconfidente e um pássaro livre. Na moeda de dez centavos, D. Pedro, que para a história oficial é o libertador efetivo da nação. Em seguida, na moeda de 25 centavos, o instaurador da República, Deodoro, depois o Barão do Rio Branco (o consolidador das fronteiras do estado-nação) na moeda de cinquenta centavos, e por fim a efígie da República na moeda de um real. A ordem cronológica segue a ordem dos valores de face das moedas, e nem nisso houve criatividade. Nenhuma figura popular, nem mesmo Zumbi, que o próprio FHC eternizou no panteão dos heróis da pátria. Nenhuma surpresa, para um governo que vê no povo apenas massa de manobra, e para um presidente para o qual as classes populares nunca contaram em suas análises, seja da escravidão, seja da

dependência dos países latinoamericanos.

Mal acabaram de chegar, nem se estabeleceram, as novas moedas foram recebidas com uma crise de grandes proporções que só foi possível porque o governo viu o México, a Ásia e a Rússia tomarem doses de política econômica neoliberal receitada pelo dr. FMI e entrarem em colapso, e continuou seguindo a receita desse médico charlatão. E o que significarão nossas novas moedas daqui para frente, isso é, que imagem de nós mesmos elas espelharão? Pobres moedas novas ...

História & Ensino, Nº 05

APRESENTAÇÃO da REVISTA HISTÓRIA & ENSINO Nº 05

**William Reis
Meirelles**

Depto de História/UEL
Coordenador da
Revista História & Ensino
wreism@uel.br

Chegamos ao quinto ano de funcionamento do Laboratório e de nossa Revista História & Ensino e no número que estaremos lançando tivemos como preocupação privilegiar artigos que discutem alguns aspectos da disciplina e que tratam de mudanças que começaram a ser implantadas pelo Ministério da Educação, elaboradas a partir da nova Lei

de Diretrizes e Bases da Educação.

Mais do que nunca precisaremos estar atentos e lutar para que, como afirma em seu artigo o prof. José Miguel Arias: "os objetivos gerais do ensino e as condições do sistema sejam o ponto de partida para a concretização de um projeto de ensino superior que atenda as necessidades de qualificação do profissional de História sem perder o sentido da Universalidade da formação do Historiador". Devemos acrescentar, ainda, ao atual contexto, os eventos que estão acontecendo e acontecerão para "comemorar" o quinto centenário do "descobrimento" do Brasil e que professores de história e historiadores os tomem como ponto de partida, após despojá-los dos ufanismos que carregam, para promover profunda reflexão sobre nossa sociedade. Vale a pena reiterar aqui palavras que foram escritas no Boletim que encerrava o seu segundo ano de publicação, depois de mais um ano de trabalho e luta contra as adversidades de nossa profissão, esperamos por um descanso merecido, pois este foi mais um ano de descaso com a educação neste país.

Sobra-nos, porém, uma certeza: um dia teremos um governo no qual a educação seja uma das prioridades e, quem sabe, um presidente que foi professor e conheça a realidade educacional do país que governa (e não a da França !) e que nossa crença

em uma sociedade menos desigual e mais justa para as atuais e futuras gerações não se torne vã e que, assim, reacenda-se a esperança em nossos corações...

A Revista História & Ensino apresenta em seu quinto número os seguinte artigos:

ESSE BOM AMIGO, O LIVRO. REPRESENTAÇÕES DA LEITURA. PARANÁ (1880-1930) Cláudio DeNipoti;
UMA MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA: OS LIVROS ESCOLARES E A HISTÓRIA-PÁTRIA, Paulete Maria Cunha dos Santos;
A QUESTÃO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO TODA A HISTÓRIA

Lúcio Tadeu Motae Isabel Cristina Rodrigues
INDO ALÉM DA TEMÁTICA HISTÓRICA: A LINGUAGEM PICTÓRICA COMO RECURSO PEDAGÓGICO Mônia L. Silvestrin e Ana Gilka D. Carneiro

RAZÃO E EDUCAÇÃO NO OCASO DO MILÊNIO, Carlos Alberto Pereira Silva
CRISE DO FORDISMO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Cristiano Lima Ferraz;
ENTRE O NADA E O ANÓDINO : PARÂMETROS, DIRETRIZES E A REFORMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL;

José Miguel Arias Neto
POR UMA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA CRÍTICA E PLURALISTA: REFLEXÕES SOBRE OCURSO DE HISTÓRIA DA UNICAMP

Pedro Paulo A. Funari
OS OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Luis Fernando Cerri
CONSTRUINDO CONCEITOS NO ENSINO DE HISTÓRIA : "A

CAPTURA LÓGICA" DA REALIDADE SOCIAL Maria Auxiliadora Schmidt;

PARA INGLÊS (E BRASILEIRO) VER,

André Luiz Joanilho;
HITLER, A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA,

Francisco César Alves Ferraz.

ARTIGOS-Resenha

A GUERRA DO PARAGUAI EM QUADRINHOS

Resenha de TORAL, André.
Adeus, amigo brasileiro: uma história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 128p.

José Miguel Arias Neto
Depto de História/Uel
miguel@sercomtel.com.br

Política e cultura, cotidiano e poder: eis as balizas nas quais se delimitam esta história em quadrinhos da Guerra do Paraguai, de autoria de André Toral, antropólogo, autor de uma tese de doutorado sobre o conflito(1). Do ponto de vista historiográfico, o trabalho de André Toral se insere em um movimento mais recente de revisão da história do conflito e que procura desfazer as imagens simplistas e até mesmo distorcidas, produzidas por aquela historiografia que primou – nos anos setenta e oitenta – por apresentar a Aliança como representante/marionete dos interesses britânicos no Cone-Sul e que destruiu o Paraguai dos Lopez – uma nação

florescente, democrática e quase socialista - como é o caso, por exemplo, do execrável livro de Julio José Chiavenatto(2). Esta historiografia recente tem procurado demonstrar que a Guerra foi resultante dos conflitos de interesses dos países do atual Mercosul e também desfazer outras mitologias, revelando por exemplo, a dimensão política e ideológica dos dados apresentados como “prova do genocídio”. Recentes pesquisas demonstraram que “o censo paraguaio de 1857 – 1,3 milhões de habitantes – foi inflado pelo governo, para intimidar inimigos (3).

A estrutura do livro de Toral obedece a ordem cronológica do conflito, destacando inclusive seus momentos críticos já bem conhecidos: as batalhas de Tuiuti e Curupaiti, a inversão partidária de 1868 decorrente da indicação pelo gabinete liberal de Zacarias de Gois e Vasconcelos de um militar do Partido Conservador – Caxias para a direção da guerra: “Agora é a guerra que conduz a política” – observa o autor. O eixo central é constituído pela narrativa dos encontros e desencontros do personagem “Jorge” – um brasileiro pertencente aos nascentes grupos urbanos médios – que vai à guerra como voluntário para esquecer um amor “não correspondido” – ao menos assim ele o imaginava. Em grande parte, a vida de “Jorge” é uma representação construída a partir das

memórias do Gal. Dionísio Cerqueira(4). Também é a partir das memórias do General que o autor retrata o cotidiano da vida militar na Guerra. Por exemplo, o preconceito dos gaúchos em relação aos nortistas e nordestinos, indistintamente denominados “baianos”, aparece na quadrinha lembrada por Dionísio Cerqueira e posto, por Toral, na boca de um personagem anônimo: “Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de minuano para acabar com tudo que é baiano”.

Mas o personagem central do livro é a própria guerra – que une, desune, põe em paralelo e em confronto a vida de homens e mulheres, cujos destinos são plenamente humanos, ou seja, marcados tanto pelas relações de poder e de classe, como também pelos meros golpes das circunstâncias e da fortuna. Muito haveria ainda para se escrever sobre o livro, mas é necessário finalizar esta resenha. Uma advertência, no entanto, deve ser feita: não se iluda o leitor pensando que conhece o “final” da história: sabe ele apenas que o Paraguai foi vencido. Ficção, memória e historiografia se entrecruzam nesta fascinante obra que pode muito apropriadamente ser utilizada para o ensino da história deste acontecimento, por vezes “esquecido” e/ou “minimizado” por muitos, mas que é fundamental para a compreensão do Brasil e da América do Sul, do passado e do presente e acerca do qual

muito ainda há a ser estudado e escrito.

NOTAS

1) - Adios, *chamigo brasileiro. Um estudo sobre a iconografia da guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai (1864-1870)* 2vols. FFLCH-USP, 1997.

2) - CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

3) - REBER, Vera B. *Apud TORAL, André. A guerra no Mercosul. Super interessante*. São Paulo, ano 13, n 9, ste/99, p. 39

4) - CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980

NOTÍCIAS

MESTRADO EM HISTÓRIA

PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UEM/UEL - MESTRADO

SELEÇÃO EM LONDRINA - PR

O Programa Associado de Pós-Graduação em História – UEM/UEL – Mestrado - História Social, ‘e resultado do intercâmbio acadêmico entre os Departamentos de História da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina, as maiores Universidades Estaduais do Paraná, que juntas somam mais de 20.000 alunos. A aproximação dois Departamentos revelou a identidade de interesses e

campos comuns de trabalho, a partir dos quais se definiram suas área de concentração e linhas de pesquisa.

LINHAS DE PESQUISA

01. Cultura e Poder (CP):

Estudo das experiências sócio-históricas entendidas como campo privilegiado para análise dos processos de produção e transmissão da cultura e das relações de poder;

02. Fronteiras e Populações (FP): Estudo das ocupações humanas e das fronteiras como locais de encontro de diversidades, de confrontações de experiências históricas, sociais, culturais e religiosas;

03. Movimentos Sociais (MS): Estudo das principais correntes analíticas dos movimentos sociais e das diferentes manifestações sociais.

DATAS

INSCRIÇÕES -

17 A 28/01/2000

SELEÇÃO

PROVA ESCRITA -
07/02/2000

ENTREVISTA E ANÁLISE
DE CURRÍCULO -

A PARTIR DE 14/02/2000

RESULTADOS - A
PARTIR DE 21/02/2000

INFORMAÇÕES:

**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE
LONDRINA**

COORDENADORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO - CPG
(43) 371-4104
DEPTO DE HISTÓRIA
(43) 371-4398
Rod. Celso Garcia Cid – PR
445, KM 380
Campus Universitário –
Londrina – PR – CEP: 86051-
990

NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Av. Colombo, 5790 – Bloco
G-34 – Sala 13
Maringá – PR – CEP: 87020-
900
Tel.: (44) 263-5018 - Tel./Fax:
(44) 261-4328
E-MAIL: sec-pgh@uem.br
<http://www.pgh.uem.br>

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Heloisa Molina
André Luiz Joanilho
Angelita Marques Visali
Cláudio DeNipoti
Claudiomar dos Reis Gonçalves
Gilmar Arruda
Gilberto Hildebrando
Jozimar Paes de Almeida,
Marlene R. Cainelli
(Coordenadora)
William Reis Meirelles

ENDEREÇO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA/UUEL

Departamento de História./
Campus Universitário.
cx. postal 6001.
c.e.p. 86051.970. Londrina -
PR.
fone- 043-371-4186 -
fax - 043-371-4408
e-mail: labhis@uel.br

O Boletim Informativo é uma publicação trimestral mantida pelo Laboratório de Ensino de História. As opiniões expressas nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Tiragem: 3000 exemplares
Impressão: Gráfica da UEL